

PORTO & MAR

Telefone 2102-7272 E-mail portoemar@grupo-tribuna.com

Edital para concessão do canal do Porto deve sair em novembro

Previsão é do presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, que faz ajustes em estudo do BNDES

BÁRBARA FARIAS

DA REDAÇÃO

O edital de concessão do canal de navegação do Porto de Santos deve ser lançado no mês de novembro. A previsão é do presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini. O canal aquaviário será concedido à iniciativa privada por 25 anos e o investimento previsto é de R\$ 6,45 bilhões.

O ato autorizando a abertura do certame foi enviado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), no dia 3, para a realização da consulta e audiência pública.

O projeto de concessão foi elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com base no modelo definido para o canal do Porto de Paranaguá (Paraná), que já foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O futuro concessionário ficará responsável pelos serviços de dragagem de aprofundamento gradual do canal aquaviário para 17 metros e pela manutenção da profundidade.



ALEXSANDER FERRAZ - 20/5/25

Conforme o MPor, cada centímetro a mais na profundidade do canal de acesso corresponde a um aumento de 60 toneladas de carga no navio

Em entrevista para A Tribuna, Pomini, disse que o estudo desenvolvido pelo BNDES já está com a APS para as adequações necessárias. “Pelo nosso cronograma, queremos publicar o edital até novembro desse ano. A nossa expectativa é devolvermos o estudo à Secretaria Nacional de Portos já com as nossas ponderações entre

o final deste mês e o começo de agosto. A Secretaria processará junto à Antaq e ao TCU que devolverá o processo para o lançamento do edital”.

Pomini explicou que o estudo, baseado no modelo de Paranaguá, precisa ser adequado às características de Santos. “Os portos são distintos, com configurações próprias. San-

tos possui 65 berços de atracação, Paranaguá tem 14. Somos um hub multi-propsito”, afirmou.

O presidente da APS exemplificou algumas mudanças. “Por exemplo, em Paranaguá, há a previsão de que algumas decisões estratégicas, de competência da autoridade portuária, sejam repassadas ao vencedor da concessão.

Para nós, esse formato em especial de distribuir competência para um privado num porto que é tão concorrido como o de Santos não funciona. Então, a gente está fazendo uma análise detalhada de toda a proposta que foi feita para adequar à realidade e às circunstâncias do Porto de Santos”, explicou.